

HISTÓRIA DO DIREITO

Um cenário atual da produção científica de História do Direito na Argentina

Resenha do livro: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.) (2023). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino*. Buenos Aires: Educa. 432 p.

Current scenario of scientific production in the Argentinian Legal History.

Review of the book: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.) (2023). Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino. Buenos Aires: Educa. 432 p.

Alfredo Flores¹

Gregório Schroder Sliwka²

Frederico Paganin Gonçalves³

¹ Alfredo Flores: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID 0000-0002-1854-3367.

² Gregório Schroder Sliwka: Universidade de São Paulo. ORCID 0000-0001-9786-3360.

³ Frederico Paganin Gonçalves: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID 0000-0002-4359-2478.

RESUMO:

resenha do livro Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.) (2023). Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino. Buenos Aires: Educa. 432 p.

ABSTRACT:

review of the book Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.) (2023). Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino. Buenos Aires: Educa. 432 p.

1. Introdução

Publicadas em formato digital durante o ano de 2023, as *Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino*⁴, consolidando o estado dos trabalhos apresentados durante dito evento ocorrido em outubro de 2021, deixam o registro sobretudo do enraizamento e da resiliência da área de História do Direito em solo argentino durante o período pandêmico. Nesse sentido, o *Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho* (INHIDE), sediado em Buenos Aires e tradicionalíssima instituição que congrega investigadores tanto em história do direito como em história social na própria Argentina e no exterior, conseguiu realizar em plena pandemia de *covid-19*, de forma completamente virtual, via *Zoom*, uma de suas já consagradas *Jornadas*. Nessa edição virtual, as Jornadas acabaram atraindo pesquisadoras e pesquisadores de vários países, tanto da América Latina como de outros continentes, além de registrar a presença de membros do sodalício que mantêm e dão continuidade à rede de pesquisas que dura já várias décadas. Tais atas foram publicadas por uma prestigiosa casa editorial universitária no país (*Editorial de la Universidad Católica Argentina*) e recebeu por título *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria*, reforçando a estratégia de contatos virtuais como forma de expansão da área na Argentina.

No que tange à estruturação da obra, ditas atas reproduzem a homenagem ao Dr. José María Mariluz Urquijo, membro do *Instituto* falecido em 2018, ocorrida no início do evento, tendo na sequência reproduzido ainda vários trabalhos, com vistas a valorizar a diversidade de origens das pesquisas ali apresentadas durante o encontro virtual⁵, dentre as quais algumas foram publicadas mediante um processo de seleção de textos⁶.

Vale recordar que tal obra já teve seu lançamento feito virtualmente⁷, bem como recebeu já várias resenhas em língua espanhola (Andreu Gálvez, 2023; Eiris, 2023; Pino Abad, 2023; Serna Vallejo, 2023).⁸ O que buscamos fazer aqui, portanto, será apresentar o volume à comunidade brasileira e lusófona, identificando e destacando os aportes que a historiografia jurídica argentina pode nos trazer a partir desta publicação de resultados de pesquisas dentro e/ou por estímulo do Instituto argentino.

2. Publicação de textos em homenagem ao professor Mariluz

4 O texto aqui resenhado está disponível na Internet em formato digital em distintos lugares: além de alguns repositórios por agência de autores individuais (em suas páginas no Academia.edu, Researchgate.net, entre outros), podemos apontar principalmente, em virtude da Editora que foi escolhida, o repositório digital da Pontifícia Universidade Católica da Argentina (<https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/16097>), bem como em repositório digital que está sediado nos Países Baixos, da Universidade de Maastrich, na qual um dos coordenadores da publicação deste mesmo volume, o professor Agustín Parise, atua como docente (<https://cris.maastrichtuniversity.nl/en/publications/dimensi%C3%B3n-transatl%C3%A1ntica-de-la-iushistoria-actas-de-las-xxviii-jo>).

5 A respeito do cronograma do evento, há informação na própria obra, com a lista de todos os participantes e suas apresentações (Kluger *et alii*, 2023a, p. 25-32).

6 As informações sobre a organização das citadas Atas e seus critérios de seleção podem ser verificadas em: Kluger *et alii*, 2023b, p. 11-15.

7 Pode-se acessar a transmissão do evento de lançamento, realizada em 13 de abril de 2023, pelo seguinte link: <<https://www.youtube.com/watch?v=SzfX3vVFJNU>>.

8 Para se ter acesso às resenhas que foram feitas em língua espanhola sobre esse mesmo volume, ver no site Dialnet: <<https://dialnet.unirioja.es/congreso/7493>>.

Urquijo

Além da apresentação do volume e dos registros usuais sobre a formatação do evento, o volume é introduzido pela homenagem ao Dr. Mariluz Urquijo, partindo da pena de dois gigantes da História do Direito argentina, os Professores Eduardo Martiré e José María Díaz Couselo, ambos ex-Vice-diretores do INHIDE.

O professor Eduardo Martiré realiza em seu texto um relato *in memoriam* do prof. Mariluz Urquijo, apresentando uma breve biografia do *maestro* e elencando, além disso, os elementos pessoais e profissionais do homenageado ao público. Falando da vocação à historiografia do homenageado, de sua trajetória enquanto professor e investigador, e, por fim, de suas relações interpessoais, o professor Martiré termina o texto manifestando, com um sentimento próprio do estilo e em um tom de inescapável luto, a recordação por um “amigo mayor, cordial y afectuoso” (Martiré, 2023, p. 40).

Em outro tom foi a manifestação do professor José María Díaz Couselo (2023, p. 41-45); o autor optou por fazer uma comunicação mais analítica, que também se mostrava necessária para compor o ato de homenagem durante o evento, em que termina realizando uma enumeração de alguma forma exaustiva dos títulos, homenagens e distinções que recebeu o professor Mariluz Urquijo em vida. Ao final, faz uma descrição das temáticas das quais tratou Mariluz de estudar em sua profícua e distinguida carreira.

3. Os trabalhos publicados do evento

Na sequência, na obra coletiva que comentamos são apresentados os trabalhos que foram selecionados, os quais são enquadrados desde as unidades temáticas que o Instituto argentino costuma utilizar na própria disposição das comunicações em mesas ao longo das *Jornadas*.

Em História do Direito Canônico e Eclesiástico, as *Actas* contam com dois textos, resultantes de apresentações realizadas na Mesa 2 do evento. No primeiro texto, o prof. italiano Aldo Andrea Cassi, que é catedrático da Universidade de Brescia e membro correspondente do *Instituto* na Itália⁹, trata da recepção do tiranicídio – enquanto forma legítima de supressão do tirano em Roma – no *ius commune*, a partir de fontes do Direito canônico do Medievo. Reflete de forma comparativa sobre os modelos de pensamento político medievais, expondo o *itinerário* do tiranicídio na Idade Média, e concluindo com uma breve nota sobre os debates trazidos pela Escola de Salamanca nesse âmbito (Cassi, 2023, p. 49-71). Em seguida, consta o texto da professora Ana Brisa Oropeza Chávez, que então era professora na Universidade Anáhuac Veracruz (atualmente está atuando na Universidade Veracruzana, no México), tratando da figura do Frei Bernardo Boyl e de sua participação na elaboração da bula *Piis Fidelium*, datada de 1493. Traça um itinerário biográfico de Boyl desde seus serviços prestados ao poder secular até sua *ordenación* e realização de sua vocação clerical, que resulta em sua participação na segunda expedição transatlântica de Cristóvão Colombo às Américas e subsequente nomeação ao cargo de *primer Vicario de América*. Conclui a autora com a exposição de alguns aspectos da Bula *Piis Fidelium*, fazendo uma reflexão a respeito da possibilidade de investigação do grau de participação de

⁹ É latente desde os anos iniciais do INHIDE a sua preocupação com vinculações internacionais, seja com outros institutos de natureza parecida, seja projetando membros para participação em eventos de escala internacional. Sobre o tema, cf.: Kluger, 2017.

Boyl na sua redação, isso porque o prelado teve atuação diplomática e sua formação se mostrou adequada para tal atuação durante o governo dos Reis Católicos (a partir do conhecimento de sua experiência profissional), o que explicaria a concessão de tais prerrogativas a Boyl pelo próprio Papa (Oropeza Chávez, 2023, p. 73-94).

Em História da Administração da Justiça, constam textos das professoras Gabriela Mitidieri e Rocío Rodríguez Mas, os quais analisam, a partir de diferentes perspectivas, o funcionamento dos tribunais no século XIX. A professora Mitidieri, docente do curso de História da UBA, realiza uma História social da participação feminina no *Tribunal de Comercio* na Cidade de Buenos Aires entre 1850 e 1868. Utiliza especialmente de fontes primárias, reproduzindo detalhes de casos envolvendo trabalhadoras e refletindo sobre a posição delas após a sanção do *Código de Comercio del Estado de Buenos Aires* em 1859 (com vigência a partir de 1862), bem como sobre a sua capacidade material de ação frente aos tribunais comerciais (Mitidieri, 2023, p. 97-117).¹⁰ Por outro lado, a profa. Rodríguez Mas, da Universidade Miguel Hernández de Elche, na Espanha, aborda a instituição do jurado a partir do Triênio Liberal¹¹ espanhol e sua vinculação com a noção de justiça popular ao largo do século XIX. Reflete sobre as alterações na compreensão da função do jurado após a Revolução Liberal de 1868 e sobre o debate doutrinal quanto à justiça popular, sua medida e sua possibilidade sem a degeneração em tirania popular (Rodríguez Mas, 2023, 119-134).

Em História da Organização Política e Administrativa, o professor Aarón López Pérez, da Universidade Autónoma do México, expõe os fundamentos filosóficos para a determinação da legitimidade do Principado de Andorra na Constituição de 1993, a partir da argumentação trazida no processo constituinte em 1992. Apresenta os antecedentes históricos da formação do principado de Andorra, remontando, deste modo, aos contratos de vassalagem estabelecidos no século XII e as relações familiares locais. Por fim, passa pela perspectiva de diferentes teorias do Direito contemporâneas para observar as bases estatais de Andorra (Lopez Pérez, 2023, p. 137-153). No texto seguinte, a professora María de Luján Ortiz, da Universidade Nacional da Patagônia San Juan Bosco, trata das transformações geopolíticas em Comodoro Rivadavia, na atual província argentina de Chubut, localizada na região patagônica. Aborda o desenvolvimento da cidadania, dos direitos e das faculdades políticas nos territórios argentinos (Ortiz, 2023, p. 155- 172).

Em História do Direito Constitucional, o professor Patricio Javier López Díaz-Valentín, vinculado à Universidade de Mendoza, aborda o desenvolvimento do controle de constitucionalidade nessa região de Mendoza, a partir da Constituição *mendozaína* de 1854, projetada por Juan Bautista Alberdi, e suas subseqüentes reformas. Realiza ainda uma observação comparativa entre o controle de constitucionalidade no Direito argentino e *mendozino* e na Constituição dos EUA (López Díaz-Valentín, 2023, p. 175-190).

Em História do Direito Penal e da Criminologia o professor Carlos Gabriel Rocca Mones Ruiz, da Pontifícia Universidade Católica Argentina, trata da justiça penal na expedição de Magalhães em 1520, analisando a aplicação do Direito penal indiano na Argentina. Utiliza de fontes diretas para avaliar a aplicação do direito vigente aos casos trazidos à tona pelos testemunhos levantados, o significado jurídico e os aspectos processuais e judiciais das sentenças (Rocca Mones Ruiz, 2023, p. 193-213). Também da Pontifícia Universidade Católica Argentina, está o texto

10 Uma versão expandida do texto também foi publicada na *Revista de Historia del Derecho*, organizada pelo INHIDE em sua revista. Para tal, cf.: Mitidieri, 2022.

11 Sobre o triênio liberal espanhol (1820-23), o qual, na verdade, dura um pouco mais de três anos, ver: Petit, 2022.

do professor Joaquín Ignacio Mogaburu, o qual estuda a influência do espanhol Luis Jiménez de Asúa na elaboração do conceito de “*aborto eugenésico*” na codificação penal Argentina. O autor utiliza de um expediente comparativo entre as considerações do espanhol e os debates travados no Senado argentino referentes ao Código Penal de 1921 (Mogaburu, 2023, p. 215-236). Por fim, a professora Carmen Graziela Rodríguez López, da UBA, apresenta a classificação criminológica dos delinquentes precoces em fontes doutrinárias médico-legais argentinas do início do século XX, especialmente periódicos e *informes* científicos, como inclusive foi anexado ao texto (Rodríguez López, 2023, p. 237-270).

Em História do Direito do Trabalho e de Questões Sociais, a professora Elisabet Velo i Fabregat, da Universidade Autônoma de Barcelona, apresenta a *Ley de Trabajo a Domicilio* espanhola de 1918, comparando o seu projeto com a realidade laboral argentina e, em particular, com o projeto de lei argentino para regular o trabalho domiciliar em 1917. Nesse sentido, expõe as semelhanças e as diferenças apresentadas nos informes e boletins trabalhistas do início do século, tomando como fonte publicações de associações de trabalhadores, institutos de pesquisa e defesa laboral e revistas da época. Sendo assim, a pesquisa não se centra somente nas fontes normativas, mas se propõe a formar-se em uma investigação sobre a realidade social pertinente (Velo i Fabregat, 2023, p. 273-288). No mesmo mote, a professora María Jesús Espuny Tomás, profa. emérita da Universidade Autônoma de Barcelona, apresenta uma perspectiva comparativo-histórica da legislação para proteção das mulheres e das crianças na Espanha e na Argentina de 1900 a 1924. Apresenta um recorrido histórico da proteção de vulneráveis nas reformas legislativas espanholas e argentinas do final do século XIX e início do XX, especialmente quanto às primeiras leis protetivas específicas no início do XX, centrando-se nas fontes doutrinárias que serviram de base para essas reformas legislativas – isto é, os escritos dos legisladores mesmos (Espuny Tomás, 2023, p. 289-308). A seção conta ainda com aporte do professor Luis María Caterina, decano da *Faculdade de Direito e Ciências Sociais* da Pontifícia Universidade Católica Argentina e 2º Vice-diretor do INHIDE, que investigou a consulta realizada em 1920 pelo *Centro de Estudiantes de Ciencias Económicas* da UBA sobre tema relevante à época. Foram consultados então diversos intelectuais e figuras públicas proeminentes no cenário argentino do período, buscando elencar sugestões para retratar a “questão social”, de uma forma ampla, passando pelos temas da reforma agrária ou da legislação trabalhista, por exemplo. O prof. Caterina centra sua busca aqui nos elementos jurídicos destacados nas respostas dos consultados – muitos deles juristas –, bem como dá algum destaque para o horizonte moral e político, evidenciando a influência de outros acontecimentos relativamente próximos no período, como foram a Revolução Russa ou a encíclica *Rerum Novarum*, na opinião pública argentina da época (Caterina, 2023, p. 309-325).

E, finalmente, em História do Pensamento, da Literatura e da Cultura Jurídica, seção mais larga das *Actas* – contando assim com 5 textos –, inicia-se com a contribuição da professora Viviana Kluger, Catedrática da UBA, 1ª Vice-diretora do INHIDE e uma das editoras da obra aqui resenhada. A profa. Kluger investiga o uso do Direito comparado – sob a denominação oitocentista de “legislação comparada” – nas teses doutorais da UBA no final do século XIX (1871-1895), mormente naquelas que tematizavam questões referentes a matrimônio, deveres e direitos conjugais, divórcio, filiação e alimentos.¹² Após apresentar a ambientação histórica do curso de

12 A pesquisa com essas fontes já vem sendo explorada pela autora há algum tempo, resultando em algumas outras publicações que podem interessar para a compreensão da metodologia adotada. Cf., para tal, por exemplo: Kluger, 2022, p. 243-259.

Direito no qual essas teses eram apresentadas, bem como a dinâmica da elaboração das teses, aporta alguns elementos sobre as influências estrangeiras e históricas do Código Civil argentino elaborado por Dalmacio Vélez Sarsfield. A partir disso, verifica a “apropriação” dessas influências – dos Direitos romano, francês, alemão, brasileiro etc. – pelos *tesistas* quando da utilização da comparação legislativa em seus textos. Kluger compreende que havia um princípio de consciência metodológica comparatista nos candidatos ao título de doutor, motivo pelo qual faziam referência aos contextos legislativos de cada país objeto da comparação, não se limitando à mera cópia do texto legal estrangeiro (Kluger, 2023, p. 329-353). Ao texto da professora Kluger, segue a contribuição do professor Adrian J. Cabrera Bibilonia, da Universidade de Havana, tratando dos estudos jurídicos sobre o tipo profissional do bandoleiro no final do séc. XIX em Cuba. Refere a publicações em periódicos jurídicos especializados da época, mapeando suas influências a partir de citações nos artigos que tratassem dos “bandidos” em geral – especialmente, aqui, de “criminólogos” (no sentido de iniciadores da Criminologia, com o aporte sociológico), como Lombroso, ao tratar dos anarquistas – e destaca o “tipo ideal” do bandoleiro nos estudos jurídico-penais, que discutiriam as causas do bandoleirismo e as formas ideais de repressão a serem adotadas em Cuba, utilizando inclusive do expediente da comparação para tal (Cabrera Bibilonia, 2023, p. 355-375). Em seguida, o texto da professora Giselle Jordán Fernández, da mesma Universidade de Havana, expõe a origem e o desenvolvimento da doutrina da função social da propriedade em Cuba. Começa a citada autora tratando daquelas que seriam as influências intelectuais oitocentistas na doutrina cubana, em periódicos e monografias, para então traçar o caminho da história constitucional de Cuba e a recepção das alterações legislativas pela doutrina, descrevendo, desta forma, o debate que havia sido instaurado no ambiente intelectual jurídico da ilha para melhor definir o conceito indeterminado adotado (Jordán Fernández, 2023, p. 377-397).

Ainda na seção de História do Pensamento, da Literatura e da Cultura Jurídica, a contribuição do professor Héctor José Miguens, pesquisador do CONICET da Argentina, se faz presente, onde o autor reflete sobre a circulação das ideias do alemão Rolf Serick no Direito civil e comercial, passando pelos contextos de países europeus (de forma mais destacada, Alemanha, Itália e Espanha) e ibero-americanos (México, Argentina, Uruguai e Brasil). Recorre à influência histórica da doutrina no século XX e mapeia ainda as influências desta no panorama jurídico atual (Miguens, 2023, p. 399-418).

Finalizando a sequência de textos das *Actas*, o professor Ezequiel Abásolo, diretor do INHIDE e catedrático da UBA e da UCA, apresenta a circulação das ideias da reforma universitária argentina no Congresso Constituinte peruano de 1931 – de forma que se pode dizer como uma circulação “horizontal” de ideias, como expõe o autor em outro texto.¹³ De fato, o trabalho se insere em um projeto desenvolvido pelo autor, identificando a vinculação da experiência jurídica argentina com outras realidades ibero-americanas a partir de suas reformas e alterações legislativas.¹⁴ Expõe os antecedentes e a organização do Congresso Constituinte peruano, onde o referido autor utiliza como fonte primária um periódico, o *Diario de los Debates del Congreso Constituyente de 1931*, no qual verifica alusões e referências à experiência jurídica e política

13 Abásolo, 2014. p. 11-21. Há tradução do texto para o português publicada recentemente; cf.: Abásolo, 2022.

14 O autor conduziu diversas investigações sobre o diálogo intelectual argentino-brasileiro, sendo o tema abordado de maneira sintética quando do seu discurso de incorporação à *Academia Nacional de Historia* argentina; para tal, cf.: Abásolo, 2021. Percebe-se, nessa toada, um forte destaque dado à comparação histórico-jurídica nos trabalhos publicados nessas *Actas*, especialmente nesta última sessão, manifestando o teor do próprio encontro virtual.

argentina e à Reforma de Córdoba. Destaca, ainda, o intercâmbio de ideias a partir da presença física mesma de argentinos no ambiente peruano (Abásolo, 2023, p. 419-430).

4. Considerações finais

Tratando-se de uma resenha de atas de um evento, pensamos ser oportuno finalizar por alguns comentários sobre o evento em si. Conhecê-lo ao menos uma vez é, claro, experiência obrigatória para historiadoras e historiadores do direito da América Latina, e, nesse ponto, a fama já adquirida em nosso meio torna comentários laudatórios realmente dispensáveis. Centramo-nos, portanto, sobre os aportes que sua organização pode oferecer para pensar o campo no Brasil, que aqui resumimos em duas características da cultura que circunda o evento.

Primeiro, sobre a dinâmica comunicativa que lá vige: todas e todos se escutam e são escutados; em termos práticos, isso implica uma política de evitar mesas simultâneas e a obrigação de escolher, frequentemente por afinidade temática, uma atividade sobre outra; marca, assim, a existência de uma confluência de interesses em torno de temas comuns, de modo que alguém que é especialista em direito público no século XIX assistirá e formulará perguntas em uma mesa sobre direito criminal no período colonial com o mesmo interesse que o faria em sua área de interesse, estimulando a coesão entre colegas.

Segundo, sobre a tradição que sustenta a História do Direito argentina, que, como a conhecemos, remonta ao menos à metade do século XX; sobre esse aspecto, uma ida rápida a qualquer dos eventos do instituto fará a pessoa se deparar não só com a nova geração de pesquisadoras e pesquisadores do país, mas também com professores que, já aposentados, ainda se mantêm vinculados ao Instituto e às suas atividades; a história da história do direito brasileira, nesse ponto, é menos profícua – Fonseca (2022) sugere a existência de um deserto anterior à atual geração, um vulcão –, mas a história no contexto argentino nos sugere que é recomendável a atenção aos fatores temporais e narrativos de constituição e consolidação de um campo acadêmico, e, de modo bastante especial, à sua institucionalização.

Por tudo isso, também concluímos marcando duas posturas que pensamos que sejam recomendáveis junto a quem se dedica à História do Direito e que se percebe dentro do circuito argentino. Por um lado, de trabalhar conjuntamente, algo que já acontece ao menos desde a formação do nosso Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD), mas que deve ser conservado e expandido. Por outro, de acompanhar o que lá se produz e reproduz, e como pode nos ajudar a pensar um campo mais jovem, como é o nosso.

Referências

Abásolo, E. (2014). Aportes del comparatismo jurídico al estudio de la circulación de ideas y experiencias normativas en Europa y América durante la primera mitad del siglo XX. In: Abásolo E. (org.). *La cultura jurídica latinoamericana y la circulación de ideas durante la primera mitad del siglo XX. Aproximaciones teóricas y análisis de experiencias* (p. 11-21). Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho.

- Abásolo, E. (2021). Medio siglo de diálogos entre los operadores del derecho argentinos y brasileños, a partir del 'momento en que recíprocamente nos conocimos'. Escenas de la cultura jurídica iberoamericana de la primera mitad del siglo XX (1891-1946). *Boletín Digital de la ANH*, Buenos Aires, n. 34, p. 47-61.
- Abásolo, E. (2022). Aportes do comparatismo jurídico ao estudo da circulação de ideias e experiências normativas na Europa e América durante a primeira metade do século XX. Trad. Denis Guilherme Rolla e Alfredo de J. Flores. *Res Severa Verum Gaudium*, v. 6, n. 2, Porto Alegre, p. 21-35.
- Abásolo, E. (2023). Un caso latinoamericano de circulación horizontal de ideas y de experiencias jurídicas. La reforma universitaria argentina en los debates del Congreso Constituyente peruano de 1931. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 419-430). Educa.
- Andreu Gálvez, M. (2023). [Reseña] Viviana Kluger, María Angélica Corva, Agustín Parise y María Rosario Polotto, (eds.), *Dimensión transatlántica de la iushistoria: actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* [en línea], Buenos Aires: Editorial de la Universidad Católica Argentina, 2023, 430 pp. [ISBN: 978-987-620-564-1]. *GLOSSAE: European Journal of Legal History*, 20, p. 628-631.
- Cabrera Bibilonia, A. J. (2023). *El tipo profesional*. Estudios jurídicos sobre bandolerismo a fines del siglo XIX en Cuba. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 355-375). Educa.
- Cassi, A. A. (2023). Itinerari del tirannicidio dallo jus commune alla "Conquista" del "Nuevo Mundo". In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 49-71). Educa.
- Caterina, L. M. (2023). El derecho y la cuestión social: distintas miradas en la *Encuesta del Centro de Estudiantes de Ciencias Económicas* (Universidad de Buenos Aires, 1920). In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 309-325). Educa.
- Díaz Couselo, J. M. (2023). Reminiscencias del Maestro. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 41-45). Educa.
- Eiris, A. A. (2023). Reseña. Dimensiones transatlánticas de la iushistoria. *Investigaciones y Ensayos* [Recurso digital], (75), e007. Disponível em: <<https://doi.org/10.51438/25457055lyE75e007>>. Último acesso em: 1º de junho de 2024.
- Espuny Tomás, M. J. (2023) Legislación protectora de la mujer y del niño (1900-1924): una perspectiva comparada España-Argentina. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 289-308). Educa.
- Fonseca, R. M. (2012). O deserto e o vulcão: Reflexões e avaliações sobre a História do

Direito no Brasil. *Forum historiae iuris* [recurso eletrônico], s./p., 2012. Disponível em: <<http://www.forhisiur.de/zitat/1206fonseca.html>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

- Jordán Fernández, G. (2023). La doctrina de la función social de la propiedad en Cuba: origen y desarrollo. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 377-397). Educa.
- Kluger, V. (2017). Labor docente y proyección internacional del Instituto (1937-1959). *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, 54, p. 173-185.
- Kluger, V. (2022) Resonador de las clases y eco de los debates en la doctrina y en el foro: las tesis doctorales en derecho de la Universidad de Buenos Aires (siglos XIX-XXI). In: PINTO, Mónica. *Lecturas del bicentenario* (p. 243-259). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires.
- Kluger, V. (2023). “Pidamos a la legislación comparada un poco de luz”. La “legislación comparada” en las tesis doctorales presentadas a la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires durante la segunda mitad del siglo XIX. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 329-354). Educa.
- Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). (2023a). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino*. Educa.
- Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (2023b). Prefacio. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 11-15). Educa.
- López Díaz-Valentín, P. J. (2023). El control de constitucionalidad en Mendoza: Un estudio jus-histórico desde la Constitución de 1854 hasta nuestros días. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 175-190). Educa.
- López Pérez, A. (2023). Las posturas iusfilosóficas que respaldan al coprincipado de Andorra en la constitución de 1993. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 137-153). Educa.
- Martiré, E. (2023). José María Mariluz Urquijo (1921-2018). In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 37-40). Educa.
- Miguens, H. J. (2023). Un ejemplo de circulación de ideas de derecho comparado desde Estados Unidos pasando por Europa hacia Latinoamérica. La obra de Rolf Serick respecto de la doctrina del “Piercing the Corporate Veil” en el derecho civil y comercial de principios del siglo XIX hasta la actualidad. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas*

de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino (p. 399-418). Educa.

- Mitidieri, G. (2022). Mujeres trabajadoras de Buenos Aires ante el Tribunal de Comercio tras la sanción del Código de 1859. *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, 64, p. 75-100.
- Mitidieri, G. (2023). Mujeres trabajadoras de Buenos Aires ante el Tribunal de Comercio. Ciudad de Buenos Aires, 1850-1868. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 97-117). Educa.
- Mogaburu, J. I. (2023). Algunas notas sobre el origen del "aborto eugenésico" en Argentina: la influencia sustancial pero no definitiva de Luis Jiménez de Asúa. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 215-236). Educa.
- Oropeza Chávez, A. B. (2023). Fray Bernardo Boyl y la emisión de la bula Piis Fidelium: Análisis preliminar de la participación del primer vicario en América en la configuración del Regio Patronato Indiano. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 73-94). Educa.
- Ortiz, M. de L. (2023). Las transformaciones geopolíticas de Comodoro Rivadavia y los derechos de sus habitantes. De Territorio Nacional a Estado provincial (1901-1957). In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 155-172). Educa.
- Petit, Carlos (2022). *El trienio y sus códigos: estudios*. Madrid: Dykinson.
- Pino Abad, M. (2023). [Reseña] KLUGER, Viviana; CORVA, María Angélica; PARISE, Agustín; POLOTTO, María Rosario (eds): *Dimensión transatlántica de la iushistoria. Actas de la XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino*, Editorial de la Universidad Católica Argentina (educa), Buenos Aires, 2023, ISBN 978-987-620-564-1, 430 pp. *Anuario de historia del derecho español*, n. 93, p. 748-751.
- Rocca Mones Ruiz, C. G. (2023). La justicia penal en la expedición de Magallanes (1520). In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 193-213). Educa.
- Rodríguez López, C. G. (2023). La clasificación criminológica de los delincuentes precoces: informes médico-legales. Inicios del siglo XX. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 237-270). Educa.
- Rodríguez Mas, R. (2023). Revolución democrática y Justicia popular. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 119-134). Educa.

Serna Vallejo, M. (2023). Dimensión transatlántica de la iushistoria. Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino. *Iuris Tantum*, 37(38), 185–191.

Velo i Fabregat, E. (2023). La Ley de trabajo a domicilio de 1918: la inspiración argentina. In: Kluger, V.; Corva, M. A.; Parise, A.; Polotto, M. R. (eds.). *Dimensión Transatlántica de la Iushistoria: Actas de las XXVIII Jornadas de Historia del Derecho Argentino* (p. 273-288). Educa.

Recebimento: 01/06/2024

Aprovação: 09/09/2024